

**Capacidade financeira, transferências intergovernamentais e desenvolvimento
socioeconômico das mesorregiões mineiras**

Autores: Nathália Amaral Pereira

Luiz Antônio Abrantes

Fernanda Maria de Almeida

RESUMO ESTRUTURADO

Introdução/Problematização: Diante da importância do Fundo de Participação Municipal (FPM) como mecanismo de transferência de recursos para os municípios, surge a necessidade de compreender suas implicações no desenvolvimento regional, especialmente na área da educação. O foco deste estudo recai sobre a relação entre FPM, capacidade financeira municipal e as implicações em políticas educacionais, destacando as nuances regionais no contexto do federalismo fiscal.

Objetivo/proposta: Este estudo teve como objetivo analisar as implicações do FPM sobre o desenvolvimento municipal, com ênfase na dimensão educacional. Explorou-se como o FPM afeta o Índice de Desenvolvimento da Educação (IFDM), considerando a capacidade financeira dos municípios e as disparidades regionais, do estado de Minas Gerais.

Procedimentos Metodológicos (caso aplicável): A pesquisa baseou-se na análise estatística de dados municipais, IFDM e informações sobre o FPM. Utilizou-se análise de regressão modelo Quantílica, para investigar a relação entre repasses do FPM, capacidade financeira e indicadores educacionais, considerando também a segmentação por mesorregiões.

Principais Resultados: Os resultados apontaram que o FPM possui implicações positivas no desenvolvimento educacional dos municípios, até certo nível de desenvolvimento. Esse impacto, contudo, se torna menos significativo em municípios com um nível mais elevado de desenvolvimento. Além disso, as mesorregiões com menor IFDM demonstraram maior sensibilidade às transferências do FPM, enquanto as regiões mais desenvolvidas mostraram efeitos menos expressivos.

Considerações Finais/Conclusão: O estudo ressalta a importância do FPM como recurso para impulsionar o desenvolvimento educacional municipal, com efeitos diferenciados a depender do nível de desenvolvimento. As análises mesorregionais também reforçam a necessidade de considerar a heterogeneidade regional e a capacidade financeira dos municípios ao elaborar políticas de repasses.

Contribuições do Trabalho: Esta pesquisa contribui para uma melhor compreensão das implicações do FPM no desenvolvimento municipal, oferecendo insights sobre como os repasses influenciam a educação em diferentes contextos regionais. Além disso, destaca a relevância de considerar a capacidade financeira dos municípios e regionalidades ao propor políticas de desenvolvimento. As conclusões podem orientar a formulação de estratégias mais efetivas para impulsionar o desenvolvimento educacional local.

Palavras-Chave: Fundo de Participação Municipal; Desenvolvimento da Educação Municipal; Federalismo Fiscal.

1. Introdução

As transferências intergovernamentais emergem, no contexto federativo do Brasil, como uma ferramenta de equalização entre os entes federados, com vistas a reduzir as disparidades regionais existentes (Ribeiro et al., 2019). Isto posto, o objetivo desse estudo é analisar as implicações dos repasses do Fundo Municipal de Participação dos Municípios (FPM) sobre o desenvolvimento socioeconômico, considerando os indicadores dos municípios e suas mesorregiões do estado Minas Gerais.

A organização federativa do Brasil, conforme texto constitucional, é composta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A partir da Constituição Federal de 1988, os municípios passam a ter sua autonomia político-administrativa estabelecidas, e passam a ter papel importante na decisão e execução de serviços de interesse local (Zmitrowicz; Biscaro; Marins, 2013; Ribeiro et al., 2019). Sobre essa autonomia dada aos entes municipais, há coordenação pelo sistema federativo que se baseia, conforme destacam Ribeiro et al. (2019, p.46), na partilha de “atribuições e distribuição de competências entre os entes federados”, caracterizando uma forma descentralizada de governo”.

Esse sistema de repartição e cooperação de competências tem como uma de suas características, a descentralização fiscal (Costa; Castelar, 2015; Ribeiro et al., 2019), além de expressivas disparidades socioeconômicas em função de diferentes capacidades fiscais dos entes federados (Giambiagi; Além, 2008). Assim, um desafio para o federalismo consiste na eliminação ou redução dessas disparidades. Para tanto, as transferências intergovernamentais são adotadas como principal instrumento de descentralização de recursos (Baskaran; Feld, 2013).

As transferências intergovernamentais contribuem para que os governos invistam em setores que promovam melhorias sociais e econômicas, em regiões mais desprovidas (Palácios, 2015). No contexto brasileiro, o Fundo de Participação Municipal (FPM) representa a principal fonte de recursos da maioria dos municípios (Massardi; Abrantes, 2016). Nesse sentido, a literatura aponta tanto a importância, quanto as dificuldades encontradas pelo FPM, bem como outros instrumentos de distribuição de recursos entre os entes, para cumprir esse propósito equalizador de recursos (Rodrigues et al., 2021).

Uma equalização fiscal ideal realizada por transferências intergovernamentais deve considerar, a capacidade de arrecadação e a necessidade de recursos essenciais para garantir a execução de bens e serviços do ente (Baião; Cunha; Souza, 2017). No entanto, apesar de destacadas a relevância do FPM para o desenvolvimento municipal, há divergências quanto a sua capacidade equalizadora e promotora de desenvolvimento de maneira eficaz (Vieira et. al., 2017; Moraes; Oliveira; Rocha, 2016).

Nesse sentido, a compreensão do FPM como um instrumento de redistribuição de renda e equalizador das disparidades regionais entre os entes federados fica comprometido e se torna ambígua (Varela, 2007; Mendes, Miranda; Cosio, 2008; Farina; Gouvea; Baião, 2013; Vieira et al., 2020; Ribeiro, 2021), devido à controvérsia em torno dos critérios de distribuição desse fundo. Quando critérios de eficiência e equidade são negligenciados, o FPM pode acarretar impactos adversos na sociedade (Ribeiro, 2021). Baião et al. (2017) argumentam que um mecanismo de equalização fiscal deveria considerar dois pontos principais: a necessidade e a capacidade fiscal do ente receptor dos recursos.

Ante ao exposto, depreende-se que há um consenso de que em países descentralizados, e que tenham uma estrutura baseada em transferências intergovernamentais tem-se a expectativa de que elas atuem na correção das desigualdades entre os entes, e promova o desenvolvimento socioeconômico.

Este cenário, propicia a discussão acerca dos mecanismos de distribuição de recursos e suas implicações para as políticas educacionais dos entes subnacionais, em especial considerando o

requisito constitucional de investimento mínimo em educação pelos municípios. Ao considerar a assimetria entre eles, a mesorregião de sua localização questiona-se: as *implicações dos repasses do Fundo de Participação Municipal e da capacidade financeira e das mesorregiões, nos resultados dos indicadores educação dos municípios*? Este estudo se propõe a analisar de que maneira as receitas provenientes do FPM afetam o desempenho educacional dos municípios e suas mesorregiões, levando em consideração suas particularidades.

Para tanto, adota-se como objeto de análise os municípios do estado de Minas Gerais tendo em conta as desigualdades regionais e os diferentes arranjos socioeconômicos, que retratam as dissemelhanças intermunicipais (Castro et. al. 2015). Assim, Minas Gerais oferece um cenário que replica as diferentes regiões do país, ampliando a abrangência dos resultados relativos à análise do impacto do FPM no desempenho municipal.

Este estudo se justifica pelo fato de as transferências representarem a maior fonte de renda dos municípios para investir em políticas de promoção de melhorias sociais, de maneira que possibilite o seu desenvolvimento socioeconômico (Massardi; Abrantes, 2015; Ribeiro, 2021). Espera-se dessa maneira contribuir para análise do estado, que possui características regionais, econômicas e sociais diversas, suscitando discussões e reflexões acerca de questões relevantes para o desenvolvimento da educação municipal, redistribuições de renda e os efeitos da descentralização fiscal na autonomia e efetividade da aplicação destes recursos.

Busca-se contribuir, ainda, para elaboração de políticas públicas que busquem a redução das disparidades entre os entes subnacionais, e na sinalização de melhorias na forma de distribuição de renda entre os entes federados. No que tange aos resultados, espera-se que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) exerça influência positiva no desenvolvimento de educação dos municípios, independente do grau de repasse.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Transferências intergovernamentais e o federalismo

A literatura nacional e internacional tem dedicado considerável esforço para a compreensão das questões intrínsecas ao desenvolvimento socioeconômico, sob a ótica do contexto federativo. Dentre as áreas de investigação, destaca-se a análise potenciais efeitos da descentralização fiscal sobre o crescimento econômico (Buser; 2011, Baskaran; Feld, 2013; Asatryan; Feld, 2015). Os resultados são controversos, pois alguns estudos como Buser (2011) encontram relações positivas, ao passo que outros como Baskaran e Feld, (2013) e Asatryan e Feld, (2015), apontam uma relação negativa, ou a inexistência da relação entre a descentralização fiscal e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Outro aspecto abordado pela literatura são as implicações das transferências intergovernamentais no desenvolvimento socioeconômico dos governos subnacionais, (Santos et al., 2018; Louzano, 2019; Vieira et al., 2020; Ribeiro, 2021), pois cooperariam para diminuição das disparidades socioeconômicas regionais entre os entes federados (Santos et al., 2018; Louzano, 2019).

As transferências intergovernamentais são fundamentais para a eficiência de um sistema federativo, e são apontadas como uma das principais maneiras de descentralização de recursos desse sistema (Baskaran; Feld; Necker, 2017). Nessa perspectiva, retomando a as discussões de Mendes, Miranda e Cosio (2008), os estudos de Costa e Castelar (2015) e Ribeiro (2021) apontam que as transferências intergovernamentais não cumprem de forma eficiente o intuito fundamental de redistribuição de renda e equalização fiscal entre os entes. Uma vez que a disponibilização do recurso ao ente não estabelece a “qualidade da ação governamental” na execução das demandas locais (Ribeiro, 2021). Assim, outra questão tratada na literatura é se os governos subnacionais aplicam os recursos repassados para promoção do crescimento local, ou são aplicados para suprir necessidades primárias dos entes, resultando em uma elevada dependência dos recursos de transferências (Massardi; Abrantes, 2015; Baskaran et al. 2017; Louzano, 2019)

Alguns estudos apontam a existência de externalidades negativas das transferências intergovernamentais, como as questões de evasão de receitas próprias (Masaki, 2018), expansão

de despesas dos governos locais (Baekgaard e Kjaergaard, 2016), dependência fiscal (Massardi; Abrantes, 2015; Pacheco et al., 2016), baixo esforço de arrecadação tributária própria dos entes (Baião et al., 2017), dentre outros. Há ainda na literatura, estudos pontuais que argumentam que essas transferências podem gerar efeitos negativo no desenvolvimento de regiões dependentes desses recursos (Breidenbach; Mitze; Schmidt, 2016).

Alguns estudos apontam a existência de externalidades negativas das transferências intergovernamentais, como as questões de evasão de receitas próprias (Masaki, 2018), expansão de despesas dos governos locais (Baekgaard e Kjaergaard, 2016), dependência fiscal (Massardi; Abrantes, 2015; Pacheco et al., 2016), baixo esforço de arrecadação tributária própria dos entes (Baião et al., 2017), dentre outros. Há ainda na literatura, estudos pontuais que argumentam que essas transferências podem gerar efeitos negativo no desenvolvimento de regiões dependentes desses recursos (Breidenbach et al., 2016).

Ainda, nesse cenário, emergem discussões acerca dos critérios de rateio das transferências intergovernamentais. Massardi e Abrantes (2016) apontam que os atuais critérios de rateio não exercem de maneira eficiente a função de atenuar as desigualdades entre os entes subnacionais. Apesar de contribuírem para a redistribuição entre os entes subnacionais, não o fazem na proporção necessária (Farina; Gouvêa; Varela, 2007).

Nesse contexto, as transferências intergovernamentais exercem um impacto significativo nas relações entre os entes federados (Ribeiro, 2021), especialmente o Fundo de Participação Municipal (FPM). Portanto, este estudo utilizou para fins de pesquisa empírica o FPM como objeto para discussão que o permeia. A escolha se deu devido a sua característica redistributiva no que tange suprir as necessidades dos entes subnacionais, tratados neste estudo a partir desse ponto como os municípios.

2.2. Fundo de Participação Municipal (FPM), capacidade financeira e desenvolvimento regional

O Fundo de Participação Municipal (FPM) surge como uma peça-chave no intrincado mosaico do federalismo fiscal brasileiro, tendo sido estabelecido originalmente pela Ementa Constitucional nº18 de 1967, e passando por distintas transformações, sobretudo após a promulgação da Constituição de 1988, até a sua configuração atual.. Ele é composto a partir do rateio da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e caracteriza-se como uma das principais transferências constitucionais para os municípios (EC nº 18/1967)

O propósito constitucional do FPM é a redução das desigualdades regionais (Ribeiro, 2021). É uma ferramenta que visa equilibrar os orçamentos dos municípios, conferindo a eles estabilidade, compensação e redistribuição de recursos (Veloso, 2008; Vieira, Ávila, Lopes, 2020). A distribuição do FPM é feita, nos termos da Lei nº 5.172/96, baseada no coeficiente entre a razão da faixa populacional do município, ou seja, conforme o número de habitantes (Lei nº5.172/96). O coeficiente municipal de recebimento do FPM é calculado pelo Tribunal de contas da União, conforme critérios previamente estabelecidos pela legislação (Trevizan, 2021). É distribuído basicamente por um critério de classe populacional, desconsiderando a base arrecadatória (Veloso, 2008).

A literatura destaca a representatividade do FPM como fonte de recursos frente as demandas municipais (Costa; Castelar, 2015; Massardi; Abrantes, 2016). Essas transferências são apresentadas por Mendes, Miranda e Cosio (2008) como essenciais para um funcionamento eficiente do sistema federativo, e atuam como elementos essenciais para a eficaz operação do sistema federativo, desempenhando a função de mecanismo equalizador de recursos entre a esfera central do governo e as unidades subnacionais, uma vez que essas últimas exibem uma marcante diversidade nas suas bases tributárias próprias (Moraes, 2006).

Para os autores Mendes, Miranda e Cosio (2008), é pertinente observar que o FPM não atinge integralmente seu propósito relacionado a redistribuição de renda, já que o principal critério de rateio é o fator populacional. Que segundo os autores, tal critério pode apresentar

distorções, beneficiando de forma desproporcional municípios de menor porte.. Outras críticas aos atuais se voltam aos critérios de distribuição do FPM são de que alguns municípios são mais beneficiados do que outros, independentemente de sua necessidade de financiamento ou de sua capacidade fiscal (Massardi; Abrantes, 2015; Ribeiro, 2021).

Nesse contexto, fica evidente que, apesar do papel relevante do FPM como ferramenta de equalização financeira, a sua eficácia enquanto instrumento de desenvolvimento regional pode ser objeto de questionamento. A questão central parece residir na adequação dos critérios de alocação diante das complexas realidades regionais e da heterogeneidade das bases econômicas e fiscais dos municípios brasileiros. À medida que se desdobra o debate sobre a capacidade financeira e as formas de estimular o desenvolvimento em âmbito local, é crucial avaliar cuidadosamente os efeitos do FPM sob as lentes da equidade e da eficiência, abrindo espaço para a discussão sobre alternativas que possam melhor harmonizar os objetivos de equalização com as demandas peculiares de cada localidade.

3. Procedimentos metodológicos

3.1. Caracterização da amostra e base de dados

A amostra deste estudo é constituída pelos 853 municípios mineiros, em mesorregiões. O período de análise foi fixado entre 2007 à 2019. A escolha por Minas Gerais como objeto para análise deste estudo se deu devido a disponibilidade de dados para todas as variáveis. Além disso, por possuir desigualdades regionais que retratam as heterogeneidades intermunicipais, em diversos aspectos (Castro et. al. 2015), e por oferecer um quadro de reprodução de todas as regiões do país.

Para mensurar desenvolvimento municipal adotou-se o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), esta é a variável dependente deste estudo. Esse indicador engloba as dimensões de saúde, educação emprego e renda apontados pela literatura como fundamentais para o desenvolvimento (Vieira et. al., 2020). A escolha pelo IFDM se deu pela

possibilidade de separação por áreas de atuação, e pela periodicidade de publicação o que permite uma análise temporal progressiva.

Para avaliar as possíveis implicações do FPM sobre o desenvolvimento municipal, utilizou-se o FPM per capita como variável explicativa de interesse. A mesorregião a qual o município pertence foram utilizadas como *dummy*, ao reconhecer a importância da análise estratificada devido as discrepâncias nas características socioeconômicas existentes entre os municípios. Bem como, possíveis diferenças no comportamento desses entes em relação ao recebimento de transferências intergovernamentais e nível de desenvolvimento local (Velo, 2008; Costa et al., 2015). Além disso foram utilizadas variáveis de controle importantes para o processo de desenvolvimento local e regional conforme encontrado na literatura.

3.2. Regressão Quantílica para dados em painel

Ao considerar que o objetivo deste estudo é analisar as implicações do FPM sobre o desenvolvimento municipal, foi aplicado o modelo de regressão com dados em painel. Isso, pois permite a análise de informações com variação ao longo do tempo, e que se diferenciam dentro da amostra (Cameron; Trivedi, 2005).

Para estudar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, considerou-se que as variáveis explicativas não influenciarem da mesma forma todo intervalo de valores da variável dependente, assim adotou-se um modelo de Regressão Quantílica. Esse método permite retratar as características considerando toda a distribuição de uma variável através de variáveis independentes, ou seja, por se tratar de um modelo semi-paramétrico possibilita análise do efeito das variáveis explicativas em diferentes *quantis* da distribuição (Cameron; Trivedi, 2005). Assim, são estimados parâmetros de cada variável para o respectivo *quantil* ao longo de intervalo de valores referentes ao IFDM educação (*proxy* utilizada para nível de desenvolvimento da educação).

A existência de endogeneidade é comum em modelos que analisam questões econômicas (Vieira et. al., 2020). Assim assume-se a endogeneidade teórica entre as variáveis

que compõe a base de dados desse estudo, confirmada pelo teste de Hausman aplicado para identificar essa situação (Hausman, 1983). Nesse sentido, conforme Catela e Porcil (2014), Costa et al. (2015) e Vieira (2017) seguiu-se com a aplicação do modelo de efeitos fixos, visto que tal estimação

A especificação base para o modelo é dada pela equação 1. Estimou-se uma regressão para os quantis 0.10; 0.25; 0.50; 0.75 e 0.90

$$\begin{aligned}
 & Q_{\tau}(IFDM_edu_{it}|X_{it}) \\
 & = \alpha_i + \beta_{\theta} \log FPM_PC_{it} + \beta_{\theta} \log VAA_PC_{it} + \beta_{\theta} \log VAS_PC_{it} \\
 & + \beta_{\theta} \log VAI_PC_{it} + \beta_{\theta} \log REC_PP_PC_{it} + \beta_{\theta} DENS_{it} + \beta_{\theta} POP_{it} \\
 & + \beta_{\theta} \log FUNDEB_PC_{it} + \varepsilon_{\tau it}
 \end{aligned}
 \tag{1}$$

$IFDM_edu_{it}$ = variável dependente Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (proxy de desenvolvimento socioeconômico)

FPM_PC_{it} = Fundo de Participação dos Municípios, variável explicativa de interesse

X_{it}' = vetor das variáveis explicativas – de controle – utilizadas no modelo

β_{θ} = parâmetros estimados para cada *quantil* condicional de variação na variável dependente

α_i = coeficiente angular

$\varepsilon_{\tau it}$ = termo aleatório de que representa o resíduo ou erro da regressão

No Quadro 1, estão demonstradas as variáveis utilizadas neste estudo.

Quadro1. Descrição das variáveis do modelo.

	Variável	Descrição	Fonte
Variável dependente	ifdm_edu Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal	O índice da dimensão consolidada da FIRJAN aborda, com igual ponderação, três áreas do desenvolvimento humano: Emprego e Renda, Educação e Saúde, consolidando em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local. (medida: varia	Firjan

		de 0 a 1)	
Variável explicativa de interesse	fpm_pc Fundo de Participação Municipal	Repasse financeiro da União para os municípios, em moeda corrente, dividido pela população	SICONFI E FINBRA
	vaa_pc Valor Adicionado Agropecuário per capita	Valor Adicionado Fiscal do município referente a agropecuária, em moeda corrente, dividido pela sua população total	IMRS
	vas_pc Valor Adicionado Serviços per capita	Valor Adicionado Fiscal do município referente a serviços, em moeda corrente, dividido pela sua população total	IMRS
	vai_pc Valor Adicionado Indústria per capita	Valor Adicionado Fiscal do município referente a atividade industrial, em moeda corrente, dividido pela sua população total	IMRS
	rec_cor_pc Receitas Correntes per capita	Somatório da arrecadação do principais tributos municipais o ISSQN e IPTU, em moeda corrente, divididos pela população	FINBRA e TCE-MG
	dens_mun Densidade do município	Razão entre o número total de pessoas residentes no município e a sua área total, em habitantes por quilometro quadrado	IMRS
Variáveis de controle	dummies mesorregião Mesorregião	Representa a região a qual o município pertence. Variável <i>dummy</i> , em que 0 significa que o município não pertence a mesorregião; e 1 pertence.	IBGE

Fonte: Elaboração própria

Os dados deste estudo constituem um painel curto, formado por 853 unidades de observação (i) no decorrer de 12 anos (t).

4. Resultados e Discussões

A variável que mensura o a produção econômica é o Valor Adicionada por setor, agropecuária (VAA), indústria (VAI) e serviço (VAS) denota um comportamento heterogêneo pois nos três setores é possível observar um desvio padrão maior que a média. Tal situação

sinaliza a existência de disparidade entre os municípios. Ainda há de se ressaltar a amplitude destas variáveis com uma discrepância entre os valores mínimo menores que o valor máximo chega a R\$ 1.351.837,00 (VAI).

O contexto financeiro também se mostra crucial para a análise do desenvolvimento municipal. A variável de Receitas Correntes (*corr_pc*), que busca mensurar a estrutura arrecadatória dos municípios, é uma das lentes que permitem observar como as atividades econômicas podem impactar diretamente as finanças municipais. É esperado que municípios com atividades econômicas mais robustas possuam uma estrutura arrecadatória mais substancial (Ribeiro, 2021). No entanto, os resultados obtidos ressaltam a presença de heterogeneidades entre os municípios participantes do estudo, indicando que outros fatores podem interferir no desenvolvimento financeiro.

No tocante a transferência legal para área da educação nos municípios, que é mensurada pela variável FUNDEB_*pc*, se refere aos recursos que são aplicados diretamente no setor e se notou uma diversidade significativa entre os municípios analisados. A interação complexa entre essas transferências e os níveis de desenvolvimento mostra um padrão intrincado de conexões que precisa ser estudado mais detalhadamente.

Tabela 1. Estatística descritiva das variáveis do modelo.

Variável	Obs.	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
vaapc	8069	2171.732	3781.43	0	108345
vaipc	8069	12993.44	65313.07	0.06	1351837
vaspc	8069	4301.94	5110.84	0.44	127823.4
dens	8069	65.829	315.83	1.36	7532.48
corr pc	8069	2404.44	1594.27	0	53684.54
fpm pc	8069	1042.974	387.19	0	9420.66
ifdm edu	8069	0.758	0.08	0.382	0.98
fundeb	8069	237.21	239.88	0	5341.38

Fonte: Resultados da pesquisa

Os resultados apresentados na Tabela 2 atestam a relevância das variáveis explicativas adotadas neste estudo, ainda que sua capacidade de explicação seja mais saliente em determinadas partes da distribuição do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)

na dimensão educacional. Esta constatação destaca a necessidade de considerar múltiplos fatores que moldam o desenvolvimento educacional, a fim de obter insights robustos sobre as nuances desse processo.

Tabela 2. Resultados Regressão quantílica.

Variável	q10	q25	q50	q75	q90	q99
lg_fundeb	0.021 (0.000)	0.026 (0.000)	0.032 0.000	0.037 0.000	0.042 0.000	0.049 0.000
lg_fpm_pc	0.155 0.004	0.131 0.000	0.103 0.000	0.078 0.001	0.060 0.079	0.025 0.673
lg_corr_pc	0.001 0.927	0.003 0.523	0.007 0.047	0.009 0.009	0.011 0.023	0.015 0.076
logvaspc	-0.071 0.000	-0.056 0.000	-0.040 0.000	-0.025 0.000	-0.014 0.087	0.007 0.646
logvaipc	-0.005 0.113	-0.006 0.008	-0.007 0.000	-0.008 0.000	-0.008 0.000	-0.009 0.010
logvaapc	0.057 0.000	0.043 0.000	0.027 0.000	0.013 0.022	0.003 0.730	-0.017 0.210
densidade	0.000 0.010	0.000 0.001	0.000 0.000	0.000 0.000	0.000 0.003	0.000 0.142

Fonte: Resultados da pesquisa

O repasse do FUNDEB (lg_fundeb), apresenta um efeito positivo e significativo em todos os quantis. Contudo, uma análise comparativa entre os valores dos coeficientes revela que sua magnitude é menor nos quantis associados aos municípios com menor desenvolvimento. Ou seja, apesar de exercer uma influência positiva em todos os municípios, o efeito das transferências do FUNDEB nos municípios com menor desenvolvimento é inferior. Ainda, nota-se que os valores do coeficiente vão aumentando conforme o *quantil*, o que significa que, quanto pior o desenvolvimento menor a influência das transferências do FUNDEB. Esta observação corrobora a noção de que, embora exerça uma influência positiva em toda a gama de municípios, o impacto das transferências do FUNDEB tende a ser mais modesto nos municípios com menor desenvolvimento, ressaltando um desafio.

As Receitas Correntes do município (lg_rc_pc), obtiveram significância estatística e positiva nos *quantis* a partir da mediana (q50, q75, q90, q99). Esse padrão sugere que nas

localidades com níveis de desenvolvimento mais modestos, as receitas correntes não parecem exercer um impacto substancial. Portanto o efeito direto da arrecadação municipal sobre o desenvolvimento da educação segue a lógica de, quanto menor o nível de desenvolvimento menor influência. Conforme a literatura, destaca-se que fatores que impulsionam os níveis de desenvolvimento não se limitam meramente ao aumento da arrecadação própria (Ribeiro et al. 2019).

Os mecanismos que atuam na promoção do desenvolvimento são intrincados e multifacetados, envolvendo uma gama de variáveis que vão além das receitas municipais. Nesse contexto, a influência das Receitas Correntes sobre o desenvolvimento educacional assume um matiz particular, sugerindo que a ligação entre recursos financeiros e progresso educacional é mais complexa do que presume-se.

O valor adicionado municipal é resultante da movimentação econômica do município, ou seja, decorrente da adição ou geração de riqueza do município a partir das operações realizadas (Art. 3º da Lei Complementar 63/90). Neste estudo, foi analisado por setor de atuação: serviço (vas_pc), indústria (vai_pc) e agropecuária (vaa_pc), a fim de analisar a influência no nível de desenvolvimento da educação.

Nota-se que ao longo da distribuição do IFDM educação o valor adicionado de serviços exerce uma influência negativa e significativa estatisticamente, exceto no maior extrato (q.99) em que há a inversão no sinal de influência, porém não há significância. Nos valores do coeficiente ocorre uma diminuição conforme se aumentam os *quantis*, o que significa que os efeitos do valor adicionado de serviços são maiores nos municípios com menor nível de desenvolvimento de educação.

De semelhante modo, foi identificada uma influência significativa e negativa do valor adicionado das operações industriais, exceto no primeiro *quantil* (q10) em que não foi estatisticamente significativo. Observa-se uma pequena variação nos valores do coeficiente, que aumento ao longo da distribuição, o que significa o efeito aumenta conforme o *quantil*. Assim, tais resultados demonstram que os efeitos (negativos) do valor agregado do setor

industrial nos municípios que possuem um menor nível de desenvolvimento. Esse achado reforça a importância de políticas que visem alinhar o setor industrial com o desenvolvimento educacional, especialmente em áreas menos desenvolvidas.

Em contrapartida, o valor agregado do setor agropecuário demonstra uma influência positiva e estatisticamente significativa ao longo da distribuição, com exceção dos maiores extratos (q90 e q99). Nota-se uma diminuição do coeficiente ao longo dos *quantis* chegando a uma inversão de sinal no último *quantil* (q99), que apesar de não ter obtido significância estatística nos auxilia na compreensão do comportamento da variável. A diminuição gradual dos coeficientes sugere que o efeito do valor agregado do setor agropecuário é mais impactante nos municípios com menor nível de desenvolvimento educacional.

Em relação a densidade municipal, o adensamento populacional quando aliado a outros fatores como baixos níveis de renda podem interferir na qualidade prestação de serviços públicos a população. Além disso, maiores níveis de densidade estão associados, em geral, às áreas mais urbanizadas. Assim observa-se que seu efeito é estatisticamente significativo e positivo sobre o nível de desenvolvimento da educação, com exceção do *quantil* que engloba os maiores níveis de IFDM educação.

No tocante à variável central deste estudo, o FPM (*lg_fpm*), emerge uma série de insights que esclarecem sua relevância e efeito dinâmico no panorama municipal. Observa-se a relevância para o desenvolvimento, uma vez que obteve significância estatística e positiva nos *quantis* que representam 75% dos municípios menos desenvolvidos (q10, q25, q50 e q75). O efeito observado nos primeiros *quantis* demonstram que o efeito dos repasses de FPM contribui para o aumento do nível de desenvolvimento da educação daqueles municípios com menor desenvolvimento. Esse resultado é esperado, uma vez que o objetivo constitucional do FPM é beneficiar os municípios menores e com certa vulnerabilidade econômica, a fim de fomentar seu desenvolvimento socioeconômico.

No entanto, um contraponto emerge quando observamos os extratos mais desenvolvidos (q99). O FPM perde sua significância estatística, e o valor do coeficiente diminui ao longo de

toda distribuição. Isso significa que o FPM exerce maior influência nos municípios com menor desenvolvimento, ou seja, quanto maior o nível de desenvolvimento da educação menor o efeito dos recursos de repasses do FPM.

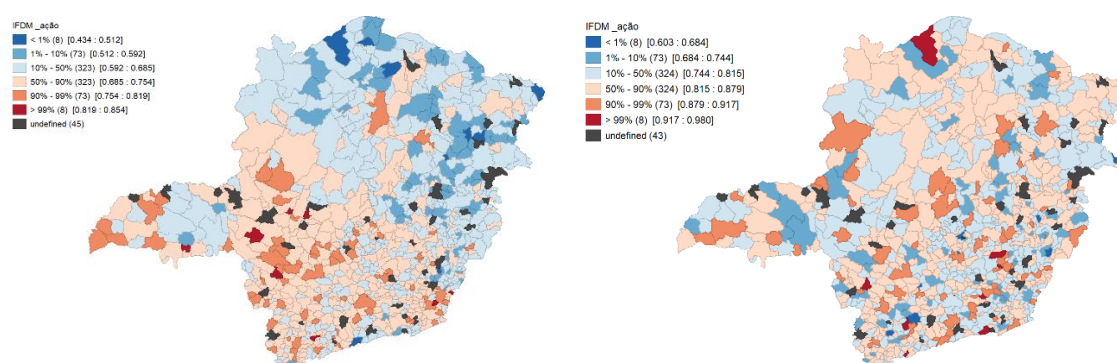


Figura 1 – Evolução IFDM (2007 e 2016)

Fonte: Resultados da pesquisa

No intuito de contextualizar os resultados, a Figura 1 oferece uma comparação elucidativa entre os primeiros e últimos anos do período sob análise. Em 2007, o menor índice de IFDM relacionado à educação foi registrado em 0.434, associado ao município de São João das Missões, situado na mesorregião do Norte de Minas. Por outro lado, o município de São João Batista da Glória, na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, destacou-se com o maior índice de IFDM educação, alcançando 0.854.

Considerando os valores de IFDM educação em 2007 e os compararmos com os números de 2016, nota-se uma evolução no índice geral dos municípios. O menor índice registrado no ano de 2016 foi de 0.602, atribuído a Três Corações, situado na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas. Por outro lado, Acaíaca, localizado na mesorregião Zona da Mata, obteve o índice mais elevado de IFDM educação, atingindo o valor de 0.979.

4.1 Discussão de resultados por mesorregiões

A fim de contribuir para análise do estado, que possui características regionais, econômicas e sociais diversas, exploramos os resultados obtidos pelo estudo buscando compreendê-los também a partir da mesorregião estadual. Esta abordagem permite capturar as nuances regionais, econômicas e sociais diversificadas do estado

Para avaliar as possíveis implicações do FPM sobre o desenvolvimento educacional dos municípios, apresentamos um panorama acerca da sua distribuição aos municípios conforme a mesorregião em que estão localizados. A distribuição do FPM entre os municípios exibe um comportamento não homogêneo entre as diferentes regiões, e isso molda de maneira distintiva suas implicações no desenvolvimento local. Na figura 2, apresenta-se o resultado comparativo entre as médias das mesorregiões tomando como base o período fixado neste estudo.

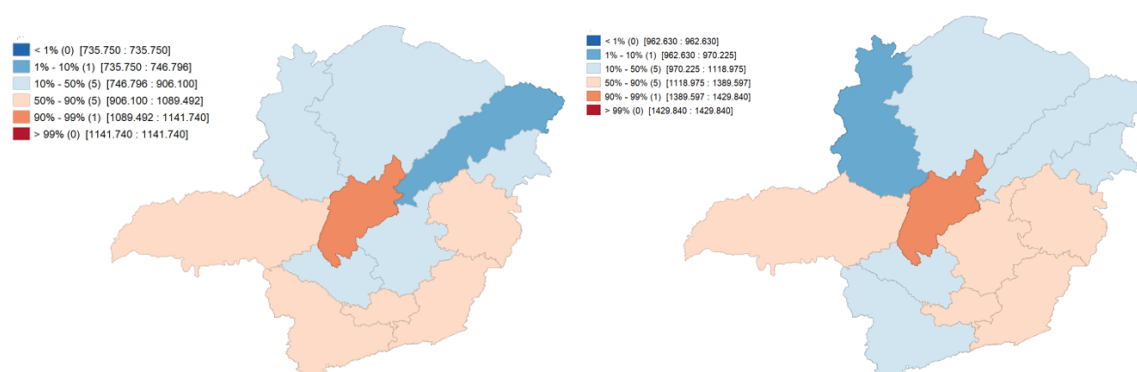


Figura 2 – Comparativo da distribuição FPM (2007 e 2016)

Fonte: Resultados da pesquisa

Observando o ano de referência de 2007, nota-se que a mesorregião com menor montante médio de distribuição de recursos do fundo de participação municipal é Jequitinhonha, seguidas das regiões Norte de Minas, Noroeste de Minas, Vale do Mucuri, Noroeste de Minas, Oeste de Minas, Metropolitana de Belo Horizonte que compõe os 50% dos municípios com as menores médias de repasses per capita do FPM.

Ao se analisar o ano de 2016, conforme a Figura 2, nota-se inicialmente que as médias de repasses de FPM entre as mesorregiões aumentaram ao longo do tempo, quando comparado com 2007. Observa-se também pouca alteração acerca da distribuição de recursos às mesorregiões, isso pode ser explicado devido ao principal critério de rateio dos recursos estarem relacionados faixa populacional. Isso pode ser explicado, pois, a extensão das faixas de distribuição e os coeficientes se elevarem proporcionalmente ao aumento das faixas populacionais, o que resulta em grandes disparidades entre os municípios, com situação de favorecimento aqueles de menor porte, considerando o FPM per capita (Farina et al. 2008). Consequentemente, as implicações do FPM sobre as políticas de desenvolvimento educacional variam consideravelmente entre as diferentes localidades.

A fim de determinar se existem diferenças estatísticas nas médias do IFDM educação quando segmentadas por mesorregiões, aplicamos o teste de variância (ANOVA), confirmando que as médias são de fato distintas entre os grupos. A Tabela 3 apresenta as médias do IFDM educação por mesorregião durante o período analisado.

Tabela 3. Média IFDM educação por mesorregião (2007 – 2016).

	2007	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Geral
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0.718	0.744	0.761	0.797	0.808	0.833	0.818	0.813	0.813	0.7814
Central Mineira	0.705	0.748	0.772	0.797	0.812	0.841	0.818	0.832	0.832	0.785
Zona da Mata	0.682	0.712	0.734	0.754	0.766	0.795	0.818	0.81	0.81	0.755
Vale do Rio Doce	0.64	0.679	0.708	0.737	0.749	0.78	0.818	0.812	0.812	0.735
Oeste de Minas	0.715	0.764	0.783	0.806	0.82	0.839	0.818	0.819	0.819	0.790
Vale do Mucuri	0.598	0.599	0.624	0.669	0.683	0.719	0.818	0.786	0.786	0.684
Norte de Minas	0.625	0.655	0.691	0.726	0.742	0.771	0.818	0.809	0.809	0.724
Sul/Sudoeste de Minas	0.71	0.753	0.773	0.802	0.816	0.83	0.818	0.817	0.817	0.724
Campo das Vertentes	0.696	0.74	0.762	0.779	0.786	0.808	0.818	0.822	0.82	0.784
Jequitinhonha	0.643	0.665	0.705	0.739	0.747	0.781	0.818	0.818	0.819	0.772
Metropolitana de Belo Horizonte	0.684	0.706	0.733	0.758	0.769	0.8	0.818	0.807	0.807	0.733
Noroeste de Minas	0.685	0.729	0.753	0.783	0.8	0.828	0.818	0.811	0.811	0.771

Fonte: Resultados da pesquisa

Visualmente, a Figura 3 permite uma comparação direta das médias das mesorregiões ao longo do período de estudo.

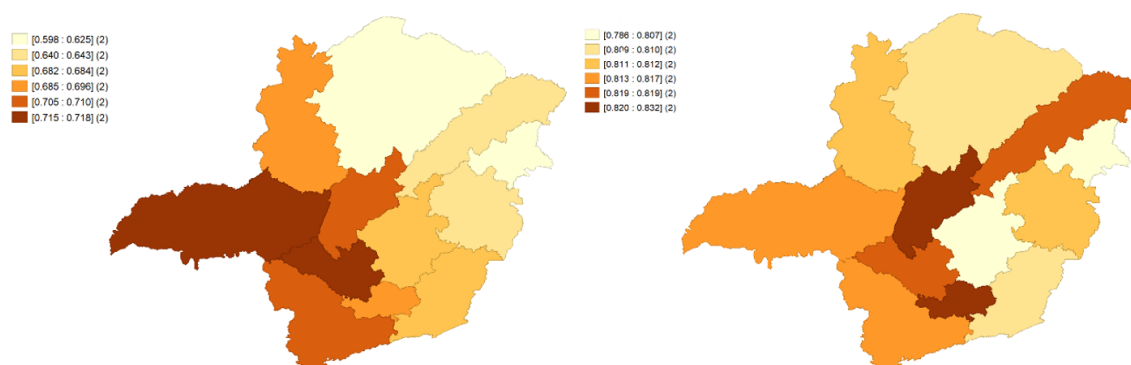


Figura 3 – Comparativo do comportamento IFDM (2007 e 2016)

Fonte: Resultados da pesquisa

Observa-se que ao longo do período fixado por este estudo, houve um aumento nas médias do IFDM educação em todas as mesorregiões do estado, de modo que as menores médias obtidas em 2016, tem valores aproximados aos valores máximos obtido em 2007. Essa dinâmica indica um progresso no desenvolvimento educacional ao longo do período analisado.

Entretanto, a análise também revela que as mesorregiões que registraram os menores índices em 2007 continuam predominantemente apresentando os menores índices médios de desenvolvimento ao longo do tempo. Há uma maior concentração de municípios com um melhor nível de IFDM educação nas mesorregiões Centrais e mais ao Sul do estado de Minas Gerais. Ao ponto que as regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica estão principalmente nas regiões mais ao Norte do estado, como a mesorregião Norte de Minas e Vale do Mucuri, com as menores médias em 2007, e em 2016 Metropolitana de Belo Horizonte e Vale do Mucuri novamente.

5. Considerações finais

Esse estudo teve como objetivo compreender as implicações dos repasses do Fundo Municipal de Participação dos Municípios (FPM) sobre o desenvolvimento educacional dos

municípios do estado em Minas Gerais e suas mesorregiões, considerando as desigualdades regionais e os diversos arranjos socioeconômicos, que refletem as dissemelhanças intermunicipais. A investigação empreendida revelou uma série de insights relevantes que contribuem para uma compreensão mais abrangente das interações complexas entre o FPM, a capacidade financeira dos municípios e o desenvolvimento regional.

A partir da investigação realizada, foi possível constatar que os recursos repassados pelo FPM exercem uma influência positiva no desenvolvimento educacional dos municípios, como indicado pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) na dimensão de educação. No entanto, esse impacto positivo apresenta uma tendência a diminuir nos municípios com níveis mais elevados de desenvolvimento, evidenciando um ponto de inflexão no qual outros fatores passam a ter um papel preponderante. Isso, nos possibilita inferir que os recursos advindos dos repasses do fundo de participação municipal auxilia no desenvolvimento da área da educação municipal até determinado nível de desenvolvimento, e a partir de determinado nível de desenvolvimento outros fatores exercem maior efeito no desenvolvimento.

Verificou-se que, ao longo das mesorregiões, esse fundo desencadeia efeitos diferenciados em relação ao desenvolvimento educacional dos municípios. Em consonância com o objetivo constitucional, observa-se que o FPM exerce uma influência positiva e estatisticamente significativa nos municípios com menor desenvolvimento, representados pelos quantis que abrangem 75% dos municípios menos desenvolvidos.

A análise das implicações do FPM em diferentes mesorregiões ressaltou a complexidade das dinâmicas regionais. Identifica-se que as disparidades na distribuição de recursos do FPM entre as mesorregiões se refletem nas divergências no desenvolvimento educacional. A priorização de critérios populacionais no rateio do FPM resulta em maiores benefícios para municípios menores e, muitas vezes, economicamente vulneráveis. Esse fenômeno é evidente nas mesorregiões como Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri, onde a concentração de recursos do FPM é mais limitada.

Ao longo do período analisado, nota-se um progresso geral no desenvolvimento educacional, com médias crescentes em todas as mesorregiões. No entanto, persistem desafios em regiões historicamente mais vulneráveis, que continuam a registrar índices mais baixos de desenvolvimento. A concentração de municípios com melhor desempenho educacional nas mesorregiões Centrais e Sul do estado de Minas Gerais contrasta com a presença de áreas menos desenvolvidas no Norte de Minas e Vale do Mucuri.

Considerando esses resultados, é evidente que políticas públicas eficazes devem ser sensíveis às particularidades mesorregionais e devem considerar a heterogeneidade da capacidade financeira dos municípios. A capacidade do FPM de impulsionar o desenvolvimento educacional é inegável, especialmente em contextos mais carentes. No entanto, a análise por mesorregião destaca que as estratégias de alocação de recursos precisam ser adaptadas às características socioeconômicas específicas de cada região.

Concluimos, portanto, que o estudo do FPM, da capacidade financeira e do desenvolvimento regional, sobretudo no âmbito educacional, é de extrema relevância para o entendimento das dinâmicas complexas que moldam a trajetória dos municípios. As implicações do FPM reverberam diferentemente nas mesorregiões, e as políticas devem ser formuladas com uma abordagem diferenciada, visando a promoção de um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo em todo o estado de Minas Gerais.

Em que pese a contribuição significativa deste estudo para a compreensão das implicações do Fundo de Participação Municipal (FPM) no desenvolvimento municipal, é importante destacar algumas limitações que podem orientar pesquisas futuras. Este estudo se concentrou em uma análise específica em relação ao estado de Minas Gerais, e suas conclusões podem não ser generalizáveis para outras realidades regionais e federativas. Além disso, apesar de ter considerado variáveis relevantes, outras nuances socioeconômicas e políticas podem influenciar os resultados observados. No âmbito das pesquisas futuras, um enriquecimento dessa análise poderia ser alcançado ao incorporar abordagens qualitativas, como entrevistas com atores-chave, para uma compreensão mais profunda dos mecanismos subjacentes às

implicações do FPM. Ademais, investigar de forma mais detalhada os impactos do FPM em outras dimensões do desenvolvimento, além da educação, bem como a análise de políticas de incentivo à aplicação eficiente dos recursos repassados pelo fundo, poderiam fornecer insights relevantes para aprimorar ainda mais as políticas públicas de desenvolvimento municipal no contexto do federalismo fiscal.

6. Referências Bibliográficas

Asatryan, Z., & Feld, L. P. (2015). Revisiting the link between growth and federalism: A Bayesian model averaging approach. *Journal of Comparative Economics*, 43(3), 772-781.

Baskaran, T., & Feld, L. P. (2013). Fiscal decentralization and economic growth in OECD countries: is there a relationship?. *Public finance review*, 41(4), 421-445.

Baião, A. L., da Cunha, A. S. M., & de Souza, F. S. R. N. (2017). Papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros. *Revista do Serviço Público*, 68(3), 583-610.

Baekgaard, M., & Kjaergaard, M. (2016). Intergovernmental grants and public expenditures: Evidence from a survey experiment. *Local Government Studies*, 42(2), 189-207.

Baskaran, T., Feld, L. P., & Necker, S. (2017). Depressing dependence? Transfers and economic growth in the German states, 1975–2005. *Regional Studies*, 51(12), 1815-1825.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Recuperado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.html

Brasil. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. Código Tributário Nacional. Dispõe sobre o Sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Diário oficial da União, Brasília, 1966. Recuperado em :

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=5172&ano=1966&ato=d1dcXREIUMZRVTab>

Brasil. Lei Complementar nº 63/1990. Art. 3º, caput e incisos I e II. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1990/leicomplementar-63-11-janeiro-1990-363989-norma-pl.html>

Breidenbach, P., Mitze, T., & Schmidt, C. M. (2016). Eu structural funds and regional income convergence-a sobering experience.

Buser, W. (2011). The impact of fiscal decentralization on economics performance in high-income OECD nations: an institutional approach. *Public choice*, 149(1), 31-48.

Cameron, A. C., & Trivedi, P. K. (2005). *Microeconometrics: methods and applications*. Cambridge university press.

Catela, E. Y. D. S., & Porcil, G. (2014). Produtividade setorial da indústria brasileira: uma análise dos determinantes a partir de regressão quantílica para painel de dados com efeitos fixos. In *Anais do XLI Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 41st Brazilian Economics Meeting]* (No. 163). ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics].

Costa, R. F. R., & de Melo Castelar, L. I. (2015). O impacto das transferências constitucionais sobre os gastos dos municípios brasileiros. *Análise Econômica*, 33(64).

COSTA, C. C. M et al. Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 5, p. 1319-1347, 2015

Davidson, R., & MacKinnon, J. G. (1993). *Estimation and inference in econometrics* (Vol. 63). New York: Oxford.

Farina, M. C., Gouvêa, M. A., & Varela, P. S. (2007). Transferências constitucionais e receitas tributárias versus desempenho econômico e social de alguns municípios do estado de São Paulo. *Globalização e internacionalização de empresas*.

Hausman, J. A. (1983). Specification and estimation of simultaneous equation models. *Handbook of econometrics, I*, 391-448.

Lei Complementar Federal 63/90. *Cálculo—Noções Básicas—SEF/MG*. Recuperado 8 de dezembro de 2022, de http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/vaf/nocoes.html

Louzano, J. P. O., Abrantes, L. A., de Almeida, F. M., de Avelar Oliveira, G., & Carneiro da Rocha, T. (2020). Fundos de participação dos estados e sua implicação sobre as receitas e despesas dos Estados. *Estudios Gerenciales*, 36(154), 15-26.

Masaki, T. (2018). The impact of intergovernmental transfers on local revenue generation in Sub-Saharan Africa: Evidence from Tanzania. *World Development*, 106, 173-186.

Massardi, W. O., & Abrantes, L. A. (2015). Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: um estudo aplicado aos municípios de Minas Gerais. *REGE-Revista de Gestão*, 22(3), 295-313.

Massardi, W. D. O., & Abrantes, L. A. (2016). Dependência dos municípios de Minas Gerais em relação ao FPM. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 1(6), 173-187.

Mendes, M., Miranda, R. B., & Cossio, F. (2008). Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma. Senado Federal, Consultoria Legislativa, Brasília, Brasil.

Moraes, D. P. (2006). Arrecadação tributária municipal: Esforço fiscal, transferências e Lei de Responsabilidade Fiscal. [Dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas], São Paulo, Brasil. <http://bibliotecadigital.fgv.br:80/dspace/handle/10438/2421>

Moraes, N. R., de Oliveira, F. P. S., & Rocha, L. A. (2016). Desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Norte: a contribuição da receita pública municipal. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 4(2), 54-67.

Pacheco, M. J. J.; Abrantes, L. A.; Zuccolotto, R.; Luqini, R. A.; Vieira, M. A. A (2016). *Autonomia Financeira dos Municípios frente aos novos contornos do Federalismo Fiscal decorrentes da alteração da Constituição Federal*. In: EnANPAD, 2016, Costa do Sauípe. Anais... Costa do Sauípe: ANPAD.

Ribeiro, C. P. P., de Almeida Mendes, W., Emmendoerfer, M. L., & Abrantes, L. A. (2019). Transferências constitucionais no Brasil: um estudo bibliográfico sobre o FPM-fundo de participação dos municípios. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 16(39), 44-65. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n39p44>

Ribeiro, C. P. de P. (2021). *Políticas de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios – FPM interior e suas implicações no desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros*. <https://locus.ufv.br/handle/123456789/29497>

Rocha, C. A. A. (2019) . Brazilian federal transfers to state end municipalities: a quick reference guide. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa. Texto para Discussão 264 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-deestudos/textos-para-discussao/td264-b>.

Rodrigues, D. S., de Oliveira Andrade, F., Avelino, B. C., & Neto, J. E. B. (2021). Influência do fundo de participação dos municípios e da responsabilidade fiscal no nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 18(49), 22-37.

Santos, M. B., Monte-mor, D. S., & Tardin, N. (2018) Eficácia do fundo de participação dos estados e distrito federal para promoção do equilíbrio socioeconômico no Brasil: uma análise empírica para o período de 1993 a 2013. *Economia & Região*, 6(2), 69-89.

Veloso, J. F. A. (2008). As transferências intergovernamentais e o esforço tributário municipal: uma análise do fundo de participação dos municípios (FPM). [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília], Brasília, Brasil.

Vieira, M. A., Abrantes, L. A., & De Almeida, F. M. (2020). Desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros: uma análise do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). *Gestão e Sociedade*, 14(38), 3480-3506.

Zmitrowicz, W., Biscaro, C., & Marins, K. R. C. C. (2013). A organização administrativa do município e o orçamento municipal. *São Paulo: EPUSP*, 28.

Trabalho Completo

De 06 a 08 de dezembro de 2023
